COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Balanço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo Circulante		3.463.383	3.484.872
Disponível		47.040	49.447
Realizável		3.416.343	3.435.425
Aplicações Financeiras	6	2.364.018	2.740.308
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		329.643	301.551
Aplicações Livres		2.034.375	2.438.757
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	544.430	477.160
Contraprestação Pecuniária a Receber		544.409	474.604
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		21	2.556
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da O	8	17.470	7.342
Créditos Tributários e Previdenciários	9	131.888	122.662
Bens e Títulos a Receber	10	321.568	19.502
Despesas Antecipadas		1.294	833
Conta-Corrente com Cooperados	11	35.674	67.618
Ativo Não Circulante		2.502.462	2.651.583
Realizável a longo prazo		73.169	73.169
Depósitos judiciais e fiscais		73.169	73.169
Investimentos	12	50.846	35.709
Outros Investimentos		50.846	35.709
Imobilizado	13	2.378.447	2.542.704
Imóveis de Uso Próprio		2.185.576	2.304.374
Não Odontológicos		2.185.576	2.304.374
Imobilizado de Uso Próprio		192.871	238.330
Não Odontológicos		192.871	238.330
Total do Ativo		5.965.845	6.136.455

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo Circulante		1.102.645	981.888
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	515.721	478.452
Provisão de Contraprestações		223.801	226.742
Provisão de Contraprestação Não Ganha - PCNG		223.801	226.742
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		9.426	7.118
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		282.494	244.592
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		28.575	30.598
Contraprestações a Restituir		22.498	25.411
Receita Antecipada de Contraprestações	15	6.077	5.187
Provisões		2.067	1.357
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	175.382	162.758
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	137.670	142.357
Débitos Diversos	18	214.684	164.444
Conta-Corrente de Cooperados	11	28.547	1.921
Passivo Não Circulante		188.711	348.093
Provisão para Multas Administrativas ANS		73.169	73.169
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	69.706	195.994
Provisão para Multas Administrativas da ANS Parceladas		45.836	78.930
Patrimônio líquido		4.674.489	4.806.474
Capital Social		2.426.663	2.585.513
Reservas	19	1.576.243	1.496.972
Reservas de Sobras		1.576.243	1.496.972
Superávits Acumulados		671.583	723.989
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		5.965.845	6.136.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249

Digitally signed by CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:02:38

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

CLEBER RAMON LOBATO ALVES: 64265340210

Digitally signed by CLEBER RAMON LOBATO ALVES: 64265340210
DN: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45804722000137, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:05:28

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP-001475/O-4

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstrações de Resultados
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		8.717.853	8.576.526
Receita com Operações de Assistência à Saúde		8.920.823	8.784.434
Contraprestações Líquidas		8.920.823	8.784.434
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(202.970)	(207.909)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(4.838.971)	(4.443.580)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(4.801.069)	(4.506.537)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(37.902)	62.958
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		3.878.882	4.132.946
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		25.188	18.505
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		340.947	332.932
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		476	1.289
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Odontológica		-	1.491
Outras Receitas Operacionais		340.471	330.152
Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(16.904)	(15.422)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(317.158)	(355.630)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(187.104)	(177.709)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(130.054)	(177.921)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		(111.647)	(102.102)
Resultado Bruto		3.799.307	4.011.229
Despesas de Comercialização		(13.683)	(8.770)
Despesas Administrativas	20	(3.178.644)	(3.305.386)
Resultado Financeiro Líquido		314.285	285.253
Receitas Financeiras		338.349	307.825
Despesas Financeiras		(24.065)	(22.572)
Resultado Patrimonial		-	-
Receitas Patrimoniais		-	-
Resultado Antes dos Impostos e Participações		921.265	982.326
Imposto de Renda		(8.234)	(7.786)
Contribuição Social		(4.940)	(4.672)
Resultado líquido		908.091	969.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249

Digitally signed by CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:16:24

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210

Digitally signed by CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
DN: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45804722000137, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:18:11

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP-001475/O-4

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	8.724.307	8.905.122
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	7.755.176	9.218.224
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	-	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais	8.857	11.122
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(5.117.348)	(4.142.837)
(-) Pagamento de Comissões	-	-
(-) Pagamento de Pessoal	(765.628)	(1.189.864)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(374.786)	(277.858)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(499.111)	(342.913)
(-) Pagamento de Tributos	(598.791)	(587.014)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(31.504)	(11.138)
(-) Pagamento de Aluguel	(6.782)	(9.859)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(31.224)	(1.612)
(-) Aplicações Financeiras	(7.098.509)	(9.223.944)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(994.906)	(1.454.545)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**969.750**	**892.886**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Dividendos	-	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	4.601
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(2.610)	(360)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	-	(23.634)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(2.610)**	**(19.394)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital	-	6.381
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	432.221	-
(-) Pagamentos de Participações nos Resultados	(718.054)	(762.490)
(-) Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(10.195)	(12.269)
(-) Pagamentos de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(130.975)	(131.199)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(542.544)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(969.547)**	**(899.578)**
	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(2.407)	(26.085)
CAIXA - Saldo inicial	**49.447**	**75.533**
CAIXA - Saldo Final	**47.040**	**49.447**
	-	-
Ativos Livres no Início do Período	2.740.308	2.550.734
Ativos Livres no Final do Período	2.034.375	2.740.308
	-	-
Aumento/Diminuição nas Aplic. Financeiras – RECURSOS LIVRES	**(705.933)**	**189.573**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249

Digitally signed by CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:11:04

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210

Digitally signed by CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
DN: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45804722000137, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:11:27

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP-001475/O-4

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas		Sobras a disposição da AGO	Total
			Fundo de Reserva	FATES		
Saldos em 1º de Janeiro de 2022		2.633.779	1.023.859	383.937	886.573	4.928.149
Devolução de capital social		(168.266)	-	-	-	(168.266)
Aumento de capital social		120.000	-	-	-	120.000
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO		-	-	-	(886.573)	(886.573)
Utilização do FATES		-	-	(156.703)	-	(156.703)
Sobra do exercício		-	-	-	969.868	969.868
Proposta de destinação das sobras	19					
Constituição do Fundo de Reserva		-	96.987	-	(96.987)	-
Constituição do FATES		-	-	96.987	(96.987)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)		-	-	51.906	(51.906)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.585.513	1.120.846	376.126	723.989	4.806.474
Devolução de capital social		(160.850)				(160.850)
Aumento de capital social		2.000				2.000
Sobras distribuídas entre os cooperados, conf. AGO		-			(723.989)	(723.989)
Utilização do FATES		-		(157.238)		(157.238)
Sobra do exercício		-			908.091	908.091
Proposta de destinação das sobras	19	-				
Constituição do Fundo de Reserva		-	90.809		(90.809)	-
Constituição do FATES		-		90.809	(90.809)	-
Constituição do FATES (Atos Não Cooperativo)		-		54.890	(54.890)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.426.663	1.211.655	364.588	671.583	4.674.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249

Digitally signed by CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:14:42

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210

Digitally signed by CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
DN: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45804722000137, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:15:14

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP-001475/O-4

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
(+/-) SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**908.091**	**969.868**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
(=) SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES	**908.091**	**969.868**
(-) Fundo de Reserva - 10%	(90.809)	(96.987)
(-) FATES - 10%	(90.809)	(96.987)
(-) FATES - Ato Não Cooperativo	(54.890)	(51.906)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	**671.583**	**723.989**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

CLEBER RAMON LOBATO ALVES: 64265340210

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP-001475/O-4

COOPERATIVA ODONTOLÓGICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá**, que utiliza como nome de fantasia a expressão **Uniodonto Amapá**, é uma sociedade cooperativa, singular, congregando os integrantes da profissão odontológica, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, e tem como objetivos: (a) organização em comum e em maior escala dos serviços relativos às atividades econômicas, técnicas, educacionais e assistenciais dos associados e seus interesses; (b) viabilização financeira e implantação de assistência odontológica, de pesquisa e de treinamento de cooperados e de empregados, e; (c) abastecimento de equipamentos, artigos, gêneros e quaisquer insumos de uso e insumo em odontologia, em trabalhos de pesquisa e científicos, em atividades de ensino e de autoinstrução e em atividades de formação e treinamento de pessoal.

As atividades da Cooperativa compreendem a comercialização e administração de planos de assistência odontológica e são reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, estando registrada junto a esta última sob o n° 36578-5.

A Administração da **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá** entende que neste exercício não é necessário nenhum ajuste nas demonstrações contábeis da Cooperativa decorrente da adoção dos procedimentos determinados pela ANS por meio da Resolução Normativa - RN nº 517 de 29 de Abril de 2022, que dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, em função de não possuir operações de corresponsabilidade com suas congêneres, resultantes de atendimentos de beneficiários do plano de forma continuada, ou seja, com características de "intercâmbio habitual".

1.1. Efeitos do novo Coronavírus (COVID-19) no negócio da cooperativa

A **Cooperativa Odontológica do Estado do Amapá – Uniodonto Amapá** acompanha, desde março de 2020, os impactos econômicos e financeiros que a crise sanitária do coronavírus vem causando ao país, especialmente ao Estado do Amapá, que depende em grande parte, economicamente e financeiramente, do repasse da União por meio do Fundo de Participação dos Estados – FPE. Desse modo, a retração na economia brasileira traz sérios impactos na economia amapaense.

Riscos de créditos e estimativa de perdas esperadas sobre crédito

É uma prática habitual da Cooperativa o acompanhamento dos recebimentos diários dos seus recebíveis e adoção de medidas administrativas, visando manter a inadimplência na taxa de uma casa decimal, especialmente dos contratos individuais pagos via boleto bancário

No ano 2023, a concessão de crédito e as ações de combate a inadimplência fluíram de acordo com o planejamento financeiro adotado pela Cooperativa, mesmo diante de um cenário macroeconômico de restrição ao crédito devido ao aumento da taxa de juros base da economia.

Na Cooperativa, o risco da concessão de crédito, em sua maior parte, está condicionado ao repasse dos convênios feitos com os servidores efetivos dos quadros dos governos municipal, estadual e federal, já que o maior número de beneficiários da **Uniodonto Amapá** é formado por servidores desses entes. Esse fato no período de pandemia se tornou positivo, pois os servidores não tiveram redução de rendimentos e se mantiveram na carteira de beneficiários da empresa e ao mesmo tempo que os repasses dos entes públicos continuaram sendo feitos a patamares superiores ao período que antecedeu a pandemia, pois foi negociado e recebido os valores pendentes.

Os contratos empresariais apresentaram níveis de inadimplência relativamente baixo, o que manteve a tendência do ano anterior. Já os contratos individuais, apresentaram taxa de inadimplência na ordem de uma casa decimal, que representou melhor desempenho quando se compara com o ano de 2022.

Diante desse cenário, o número de beneficiários no ano de 2023 (24.536), teve uma leve diminuição em relação ao quantitativo do ano de 2022 (24.962). O fator que explica essa diminuição decorre da saída de servidores efetivos do Governo Federal, do Governo do Estado do Amapá e da Prefeitura Municipal de Macapá em função de novas ofertas de serviços.

Riscos de liquidez e geração de caixa

a) Geração de caixa

No ano de 2023, a Cooperativa manteve a sua capacidade de geração de caixa acima dos anos anteriores devido ao aumento de receitas provenientes da assistência à saúde e do aumento expressivo da arrecadação.

b) Sinistralidade

A sinistralidade aumentou no ano de 2023 devido ao aumento dos atendimentos em virtude do funcionamento dos consultórios, fato que não tinha acontecido em grande parte no ano de 2022. No entanto, quando se observa o valor da produção dos cooperados ficou constatado que se manteve em níveis anteriores a pandemia.

Suspensão de atendimentos aos beneficiários

No decorrer do ano de 2023, não houve a suspensão do atendimento aos beneficiários e do funcionamento do sobreaviso.

Disponibilidade de caixa para socorrer os cooperados

Não houve perda de renda dos cooperados ao longo do ano de 2023 em virtude da paralisação de atendimento aos beneficiários como ocorreu no ano de 2021, que em grande parte desse ano a operação dos consultórios ficou paralisada. No entanto, os cooperados têm sentido os efeitos da pandemia, especialmente, devido ao aumento do preço dos insumos, que tem acarretado perda de renda.

Devido ao funcionamento regular dos consultórios, a Cooperativa não precisou socorrê-los com adiantamento de produção, no entanto, durante o ano de 2021, continuou a oferta para todos os cooperados. Essa medida foi iniciada no ano anterior.

Recuperabilidade de ativos

a) Instrumentos financeiros

A Cooperativa mantém aplicações conservadoras em instituições bancárias nacionais para atender reservas técnicas obrigatórias previstas nas resoluções normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e tem ainda recursos financeiros aplicados, que não constituem reservas técnicas.

b) Suspensão dos reajustes anual e por mudança de faixa etária

Durante o ano de 2023, a **Uniodonto Amapá** praticou normalmente o reajuste nesse período, de acordo com a legislação vigente e em conformidade com o que está pactuado nos contratos mantidos com os beneficiários.

c) Recomposição do Reajuste Suspenso em 2020

Em 19 de novembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANS definiu que os beneficiários de planos de saúde que tiveram suspensas as cobranças de reajuste anual e por faixa etária, entre setembro e dezembro do citado ano, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), terão diluído o pagamento desses valores em 12 meses. Excepcionalmente, poderá ser permitida a recomposição da suspensão dos reajustes em número inferior de parcelas, desde que a pedido do beneficiário ou da pessoa jurídica contratante da Cooperativa. Também poderá ser permitida a recomposição da suspensão dos reajustes e número superior de parcelas, desde que haja concordância entre as partes.

A Diretoria Colegiada da ANS definiu também que os reajustes máximos poderão ser cobrados para os planos individuais regulamentados (contratados a partir de 02/01/1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/98)

e para os planos anteriores à Lei nº 9.656/98, que têm o reajuste regulamentado por Termos de Compromisso.

No caso da **Uniodonto Amapá** não haverá a recomposição do reajuste suspenso em 2020.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do resultado do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 27 de fevereiro de 2023.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando-se a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e, também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, exceto aqueles eventualmente indicados de outra forma.

2.3 Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos Financeiros

2.4.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem “disponível” e “créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora”.

(c) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.4.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado. As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4.3 *Impairment* de Ativos Financeiros

(a) Ativos Mensurados por Custo Amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
(iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
(iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestações de serviço.

As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro-rata-die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

As receitas correspondentes aos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais.

Conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os valores não apropriados de acordo com seus respectivos períodos de competência são registrados na rubrica “Provisão de

Contraprestação Não Ganha – PCNG", e posteriormente apropriados como receita de acordo com o critério *pro-rata-die*, conforme o adequado período de competência da cobertura do risco dos contratos.

2.6 Reconhecimento do Custo

Os eventos indenizáveis contabilizados pela Cooperativa são apropriados ao custo, considerando-se a data da apresentação da conta odontológica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos. Nos casos em que o fato gerador (atendimento ao beneficiário) da despesa ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica denominada "Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)".

2.7 Contraprestação Pecuniária a Receber

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário. Destacam-se nesse grupo:

• Preestabelecido: mensalidades do plano privado de assistência odontológica calculadas e pagas antes da utilização das coberturas contratadas.

A provisão para créditos para liquidação duvidosa é constituída segundo os seguintes critérios:

- Planos individuais com preço pré-estabelecido – A totalidade do crédito desse tipo de plano, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 60 dias;

- A totalidade do crédito dos demais planos, quando há pelo menos uma parcela do contrato vencida há mais de 90 dias.

A Administração da Cooperativa revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

2.8 Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo Circulante

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Uniodontos. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços odontológicos (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzidos da provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.9 Bens e Títulos a Receber

Os bens e títulos a receber estão formados por estoques, cheques a receber, adiantamentos e outras contas a receber de operadoras de cartões de créditos.

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição e não excede ao custo de reposição ou valores líquidos de realização.

Os cheques a receber, adiantamentos e outros créditos a receber são demonstrados por seus valores líquidos de realização, reconhecendo-se as eventuais perdas estimadas apresentadas como contas redutoras.

2.10 Investimentos – Ativo Não Circulante

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Resultado Patrimonial" na demonstração do resultado.

2.12 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas, classificadas no passivo, têm como objetivo refletir as obrigações futuras esperadas decorrentes da operação de planos privados de assistência à saúde, adequando-as aos princípios contábeis. Estas provisões refletem tanto a perspectiva de gastos futuros incertos quanto à sua ocorrência e valor. O fato gerador é um fato passado que gera a concessão de um benefício previsto contratualmente. A concessão do benefício, entretanto, não implica na ocorrência de um gasto com assistência à saúde. Assim, as referidas provisões são registradas em função dos gastos esperados com assistência à saúde. São contabilizadas tendo como base de cálculo as formulações e regras explicitadas

em normativos ou, quando estes facultarem, Nota Técnica Atuarial aprovada previamente pela ANS. O registro se dá em obediência ao Princípio de Competência, lastreadas, obrigatoriamente, por ativos garantidores estabelecidos nos moldes da legislação vigente.

A Cooperativa possui as seguintes provisões:

(a) Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG

A provisão de contraprestação não ganha (PCNG), regulamentada pela ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário — pro rata dia — do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativos ao período de cobertura do risco.

(b) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora. Com base em normativos da ANS, é adotado como prática pela Cooperativa que o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar deverá ser realizado pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

A provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que, na prática, corresponde ao valor das contas odontológicas.

(c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência odontológica. A ANS estabelece que o cálculo da PEONA deva ser efetuado por meio de metodologia desenvolvida por atuário, consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP, a qual deverá ser encaminhada para análise e aprovação da ANS.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas.

2.14 Fornecedores – Débitos Diversos – Passivo Circulante

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.16 Provisões para Ações Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões judiciais são constituídas quando há uma obrigação legal ou tácita resultante de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidá-la e possa ser feita uma estimativa confiável do montante envolvido. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

Com base na posição dos assessores jurídicos da Cooperativa, não foi necessário constituir provisão para a cobertura de passivos contingentes.

2.17 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data dos balanços da Entidade, estando atento às leis específicas aplicáveis para a Cooperativa.

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social imputadas ao resultado, são calculadas conforme a Lei nº 5.764/71, sendo ainda observada as demais normas a respeito. Desta forma, amparada pelo parecer fiscal nº68/2020, emitido pela Prefeitura Municipal de Macapá em 13 de dezembro de 2020, a base de cálculo destes tributos é o resultado positivo dos atos não cooperados do exercício e ajustes realizados no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real. O imposto de renda é computado sobre a sobra tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as sobras que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre a sobra tributável. O reconhecimento destes tributos obedece ao regime de competência.

As antecipações do imposto de renda e contribuição social, recolhidas mensalmente por estimativa, são contabilizadas diretamente no resultado mensal como provisões, são reclassificadas para o ativo

circulante em dezembro de cada ano, os créditos apurados após o fechamento do exercício para compensação com tributos futuros.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos de forma direta são agrupados no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)

A Cooperativa efetua análises para fazer face a perdas na realização dos créditos de operações com planos de assistência odontológica, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda, conforme os critérios definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Cooperativa utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA aprovada pela ANS para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido por meio da construção do "Triângulo de *Run-off*", relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registrado de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para cálculo da PEONA contém duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de 12 meses do custo assistencial em contratos com preço preestabelecido.

Provisão para ações judiciais

A Cooperativa é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. A Gerência Financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabelecem princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

(a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Gerência Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Gerência Financeira. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como das exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

(c) Risco de Mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos dos normativos legais da referida agência reguladora, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2 Gestão de Capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício, ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada por normativos da ANS.

4.3 Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumento financeiros por categoria

	2023	2022
Ativos conforme balanço patrimonial		
Disponível	47.040	49.447
Aplicações Financeiras	2.364.018	2.740.308
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	544.430	477.160
	2.955.488	3.266.915
Passivos conforme balanços patrimoniais		
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	9.426	7.118
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	207.376	338.351
Fornecedores - Débitos Diversos	214.684	164.444
	431.486	509.913
	3.386.974	3.776.828

6. Aplicações Financeiras

	2023	2022
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		
Fundo de Renda Fixa	329.643	301.551
	329.643	301.551
Aplicações Livres		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.827.541	2.075.306
Fundo de Renda Fixa	206.833	363.450
	2.034.375	2.438.756
	2.364.018	2.740.307

7. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

	2023	2022
Usuários Pessoa Fisica	1.451.151	1.256.739
Usuários Pessoa Juridica	29.488	100.449
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	21	122
	1.480.660	1.357.310
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(936.230)	(880.150)
	544.430	477.160

8. Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora – Ativo Circulante

Corresponde a valores a receber oriundos do atendimento a usuários de outras operadoras de planos de assistência odontológica que atuam em nome Uniodonto.

9. Créditos Tributários e Previdenciários

	2023	2022
IRRF a compensar	101.917	90.743
CSLL a compensar	4.436	6.386
INSS a compensar	10.738	10.738
ISS a compensar	-	-
PIS e COFINS a compensar	14.798	14.795
	131.888	122.662

10. Bens e Títulos a Receber

	2023	2022
Estoques	-	-
Cheques a receber	-	-
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	50.231	7.418
Outros Créditos a receber	271.338	12.084
	321.568	19.502
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	-

11. Conta-Corrente com Cooperados – Ativo Circulante / Conta-Corrente de Cooperados – Passivo Circulante

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamentos (*)	35.674	-	67.618	-
Sobras a pagar	-	28.547	-	1.921
	35.674	28.547	67.618	1.921

(*) Com o advento do novo Coronavírus (COVID-19), a Administração da cooperativa decidiu realizar adiantamentos aos seus cooperados e credenciados com base na média dos últimos três meses das suas respectivas produções, sendo que o valor máximo adiantado por cooperado ou credenciado foi limitado a R$7.000. Os referidos adiantamentos ocorreram, basicamente, nos meses de abril e maio de 2020 e estão sendo amortizados nas produções subsequentes.

12.Investimentos – Ativo não circulante

	2023	2022
Participações Societárias - Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		
Uniodonto do Brasil	1.597	1.597
Participações Societárias - Outras Entidades		
Unicred-Belém	42.774	28.819
Sicoob	6.175	4.993
Federação das Cooperativas Uniodontos da Amazônia do Brasil	300	300
	50.846	35.709

Os Investimentos referem-se a quotas-parte nas entidades acima indicadas.

13.Imobilizado

	Imóveis de Uso Próprio - Não Odontológicos				Imobilizado de Uso Próprio - Não Odontológicos			
	Terrenos	Edificaçoes	Instalaçoes	Veiculos	Maquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informatica	Moveis e Utencilios	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	65.014	2.358.158	-	-	112.895	1.427	165.097	2.702.591
Adições	-	-	-	-	12.137	-	-	12.137
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação								-
Adições	-	(118.798)	-	-	(19.386)	(956)	(32.884)	(172.024)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	65.014	2.239.360	-	-	105.646	471	132.213	2.542.704
Adições	-	-	-	-	1.959	6.808	-	8.767
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação								-
Adições	-	(118.798)	-	-	(20.406)	(1.191)	(32.629)	(173.024)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	65.014	2.120.562	-	-	87.199	6.088	99.584	2.378.447

14.Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	2023	2022
Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PCNG	223.801	226.742
Provisão de Eventos a Liquidar		
Rede contratada/Credenciada	-	-
Produção de Cooperados	128	-
Intercâmbio-Operadora de Assistência à Saúde	9.298	7.118
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	282.494	244.592
	515.721	478.452

15.Receita antecipada de contraprestações

	2023	2022
Receita Antecipada de Contraprestação		
Receita Antecipada	6.077	5.187
	6.077	5.187

Refere-se a valores decorrentes de recebimento antecipado de usuários pessoa física, que serão apropriados ao resultado na medida em que os respectivos períodos de cobertura sejam incorridos.

16.Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	2023	2022
ISS a recolher	88	137
Contribuições previdenciárias a recolher	91.248	79.652
FGTS a recolher	7.663	7.010
IR Retido na Fonte a recolher - Funcionários	5.090	4.144
IR Retido na Fonte a recolher - Terceiros	51.561	52.832
COFINS e PIS / PASEP a recolher	19.381	18.983
Outros	351	-
	175.382	162.758

17. Empréstimos e financiamentos a pagar – Passivos circulante e não circulante

	2023		2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco da Amazônia S/A (a)	137.670	69.706	142.357	195.994
Outros empréstimos	-	-	-	-
	137.670	69.706	142.357	195.994

Refere-se a contrato de financiamento celebrado com o Banco da Amazônia S/A em 28/06/2013, com liberação em 3 parcelas, cujo valor total monta a R$1.226.462. Os recursos foram destinados à construção da sede própria. Os pagamentos estão assim programados: Bônus de 15% por quitação no vencimento, juros sobre saldo devedor pago mensalmente e carência de 36 meses para o principal, vencendo-se a 1ª parcela em 10/06/2016 e a última em 10/05/2025, que perfaz um prazo de 144 meses. O empréstimo está garantido por hipoteca cedular de terreno, fiança bancária e aval de dirigentes.

18. Débitos diversos

	2023	2022
Salários a pagar	397	382
Provisão para férias e encargos	106.766	100.828
Fornecedores	2.320	4.591
Outros débitos	105.201	58.643
	214.684	164.444

19. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Cooperativa é de R$ 2.426.663 (R$ 2.585.513 em 2022), representado por 67 cooperados (71 em 2022), é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R$ 72.020. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados e não pode ser negociada de nenhum modo nem dada em garantia. Todavia, depois de integralizadas, poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização do Conselho de Administração e o pagamento de uma taxa de 10% sobre seu valor, desde que o associado não fique com número inferior ao mínimo estatutário.

(b) Sobras e Perdas do Exercício

Em caso de sobras do exercício, o estatuto social da Cooperativa prevê a seguinte destinação:

i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – Indivisível entre os cooperados, é constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destina-se a prestar assistência aos cooperados e seus familiares, bem como programar atividades de incremento técnico e educacional dos cooperados e funcionários. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

ii) Fundo de Reserva – É constituído a razão de 10% das sobras apuradas no exercício. Destinado a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que terá o destino que a Lei determinar, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

As sobras líquidas, após as destinações, serão distribuídas aos cooperados na proporção das operações que houveram realizado com a Cooperativa, após a aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta. As perdas verificadas que não tenham cobertura no fundo de reservas serão rateadas entre os cooperados, após aprovação do balanço geral pela Assembleia Geral Ordinária, na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa.

20. Despesas Administrativas

	2023	2022
Despesas com Pessoal Próprio	(2.058.184)	(2.098.907)
Despesas com Serviços de Terceiros	(599.712)	(621.058)
Despesas com Localização e Manutenção	(108.086)	(203.752)
Despesas com Depreciação	(173.024)	(172.024)
Publicidade e Propaganda	(33.074)	(10.462)
Despesas com Tributos	(44.205)	(44.203)
Outras Despesas	(162.358)	(154.980)
	(3.178.644)	(3.305.386)

21. Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas, principalmente, pelos eventos indenizáveis junto aos seus próprios cooperados, sendo estes eventos remunerados de acordo com a tabela de Terminologia Unificada da Saúde Suplementar - TUSS.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria executiva da Cooperativa (presidente e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave, por serviços de gestão, foi de R$ 385.376,36 em 2023 (R$ 414.479 em 2022).

22. Cobertura de Seguros

A Cooperativa adota a política de contratar coberturas de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, a fim de cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O montante da cobertura, em 31 de dezembro de 2023, contratado junto a Allianz Seguros S/A está resumido a seguir:

Coberturas	Vigência	Limite máximo de indenização (R$)
Incêndio e Complementares, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado, Quebra de Vidros e Anúncios Luminosos e Mármores, Responsabilidade Civil e Roubo.	28/04/2023 a 28/04/2024	3.500.000

* * *

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249

Digitally signed by CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=24152219000174, OU=presencial, OU=Certificado PF A3, CN=CLAUDIO VALENTE CALANDRINI DE AZEVEDO:37888269249
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:19:08

Claudio Valente Calandrini de Azevedo
Presidente
CPF: 378.882.692-49

CLEBER RAMON LOBATO ALVES: 64265340210

Digitally signed by CLEBER RAMON LOBATO ALVES: 64265340210
DN: C=BR, OU=Videoconferencia, OU=45804722000137, OU=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, CN=CLEBER RAMON LOBATO ALVES:64265340210
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2024-02-22 11:19:37

Cleber Ramon Lobato Alves
Contador
CRC AP-001475/O-4